

Grupo Itaquerê

Demonstrações financeiras
combinadas em
31 de março de 2013 e 2012

Conteúdo

Balanços patrimoniais combinados	3
Demonstrações de resultados combinadas	4
Demonstrações de resultados abrangentes combinadas	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido combinadas	6
Demonstrações dos fluxos de caixa combinadas– método indireto	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas	8

Grupo Itaquerê

Balanços patrimoniais combinados em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2013	2012	Passivo	Nota	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	6	46.648	67.374	Fornecedores	16	36.381	32.872
Contas a receber de clientes	7	531	897	Empréstimos e financiamentos	17	119.000	134.891
Estoques	8	19.691	28.479	Impostos e contribuições a recolher	19	6.807	11.767
Adiantamentos a fornecedores	9	21.838	17.639	Passivo fiscal corrente	12	-	458
Impostos a recuperar	11	5.047	6.297	Salários e férias a pagar		9.901	8.058
Ativo fiscal corrente	12	1.346	763	Adiantamentos de clientes		2.161	3.406
Instrumentos financeiros derivativos	28	6.301	908	Outras contas a pagar		729	999
Outros créditos		3.834	3.195	Instrumentos financeiros derivativos	28	2.788	1.806
Total do ativo circulante		105.236	125.552	Total do passivo circulante		177.767	194.257
Adiantamentos a fornecedores	9	14.705	13.864	Empréstimos e financiamentos	17	257.501	230.384
Depósitos judiciais	13	13.720	8.589	Impostos e contribuições a recolher	19	21.110	23.278
Impostos a recuperar	11	3.307	3.383	Empréstimos - Mútuos	10	32.836	26.729
Outros créditos		2.570	1.670	Instrumentos financeiros derivativos	28	1.904	1.519
Ativos biológicos	14	134.668	107.951	Passivo fiscal diferido	12	50.311	50.300
Investimentos		662	662	Provisões para contingências	20	15.156	10.732
Imobilizado	15	452.963	449.075	Total do passivo não circulante		378.818	342.942
Intagível		648	270	Patrimônio líquido	21		
Total do ativo não circulante		623.243	585.464	Capital social		74.647	74.647
				Reservas de lucros		6.779	7.093
				Reservas de reavaliação		91.972	93.167
				Ajustes de avaliação patrimonial		18.778	21.692
				Prejuízos acumulados		(20.282)	(22.782)
				Total do patrimônio líquido		171.894	173.817
Total Ativo		728.479	711.016	Total passivo e patrimônio líquido		728.479	711.016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Grupo Itaquerê

Demonstrações de resultados combinadas

Exercícios findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012
Receita líquida	22	376.937	272.488
Custos dos produtos vendidos		(260.265)	(198.951)
Variação do valor justo de ativo biológico	14	(333)	2.096
Lucro bruto		116.339	75.633
Despesas de vendas	23	(24.012)	(10.990)
Despesas administrativas e gerais	23	(24.560)	(22.132)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	24	(4.437)	(4.893)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, variações cambial líquida e impostos		63.330	37.618
Receitas financeiras	25	1.573	2.978
Despesas financeiras	26	(38.073)	(35.772)
Variação cambial líquida	27	(19.865)	(21.181)
Receitas (despesas) financeiras e variação cambial líquidas		(56.365)	(53.975)
Lucro líquido (prejuízo) antes dos impostos		6.965	(16.357)
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	(3.306)	(1.800)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(11)	4.381
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		3.648	(13.776)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Grupo Itaquerê

Demonstrações de resultados abrangentes combinadas

Exercícios findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	3.648	(13.776)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>3.648</u>	<u>(13.776)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Itaquerê

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido combinadas

Exercícios findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Reserva de Lucros								
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros - Lei 11.638/07	Total	Reservas de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de abril de 2011	74.647	1.238	3.058	4.892	9.188	94.727	24.833	(10.036)	193.359
Aporte de condôminos								1.334	1.334
Dividendos distribuídos			(3.058)		(3.058)			-	(3.058)
Atenuação de Dividendos								(3.741)	(3.741)
Realização de reserva de reavaliação						(1.560)		1.560	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27							(3.141)	3.141	-
Juros sobre capital próprio								(301)	(301)
Prejuízo do exercício								(13.776)	(13.776)
Destinações:									
Reserva de retenção de lucros			963		963			(963)	-
Saldos em 31 de março de 2012	74.647	1.238	963	4.892	7.093	93.167	21.692	(22.782)	173.817
Aporte de condôminos								1.706	1.706
Dividendos distribuídos			(963)		(963)			-	(963)
Atenuação de Dividendos								(6.314)	(6.314)
Realização de reserva de reavaliação						(1.195)		1.195	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27							(2.914)	2.914	-
Lucro do exercício								3.648	3.648
Destinações:									
Reserva de retenção de lucros		-	649		649			(649)	
Saldos em 31 de Março de 2013	74.647	1.238	649	4.892	6.779	91.972	18.778	(20.282)	171.894

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Grupo Itaquerê

Demonstrações dos fluxos de caixa combinadas - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	3.648	(13.776)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação, exaustão e amortização:		
Indústria	55.360	47.469
Agrícola	45.458	41.156
Resultado na venda de ativos imobilizados	145	1.791
Mudança no valor justo de ativos biológicos	333	(2.096)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(4.381)
Instrumentos financeiros derivativos	(4.026)	2.852
Juros e variações cambiais provisionados	49.072	51.867
Juros de empréstimos-mútuos provisionados	3.608	2.852
Reversão de provisão para contingências	4.424	3.343
	<u>158.033</u>	<u>131.077</u>
Variações nos ativos e passivos		
Redução no contas a receber de clientes	366	3.852
(Aumento) nos estoques	8.788	(15.766)
(Aumento) em adiantamentos a fornecedores	(5.039)	(13.405)
(Aumento) no impostos a recuperar	743	(953)
(Aumento) de outros créditos	(1.539)	(1.811)
(Aumento) com depósitos judiciais	(5.131)	(3.518)
(Redução) aumento em fornecedores	3.509	7.570
(Redução) aumento dos impostos e contribuições a recolher	(7.586)	3.566
Aumento dos salários e férias a pagar	1.841	1.005
(Redução) aumento com adiantamentos de clientes	(1.245)	1.729
Aumento com outras contas a pagar	(271)	242
	<u>152.469</u>	<u>113.588</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aporte de condôminos	-	1.334
Aquisição de ativos biológicos	(72.507)	(67.055)
Aquisição de investimentos	-	(1.195)
Aquisição do imobilizado	(59.771)	(60.235)
	<u>(132.278)</u>	<u>(127.151)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos distribuídos	(7.277)	(6.799)
Aumento de empréstimos-mútuos (partes relacionadas)	6.550	2.771
Empréstimos - mútuo pagos	(4.050)	(20)
Pagamento de juros sobre capital próprio	-	(682)
Empréstimos e financiamentos tomados	188.864	246.800
Empréstimos e financiamentos pagos	(225.004)	(184.102)
	<u>(40.917)</u>	<u>57.968</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamentos	<u>(40.917)</u>	<u>57.968</u>
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(20.726)</u>	<u>44.405</u>
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	67.374	22.969
No fim do exercício	<u>46.648</u>	<u>67.374</u>
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>(20.726)</u>	<u>44.405</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

As atividades do grupo econômico Santa Fé compreendem substancialmente as seguintes empresas e operações:

A Usina Santa Fé S.A. tem sua sede administrativa na Estrada da Antiga Fazenda Itaquerê s/nº, Bairro rural, na cidade de Nova Europa – SP. Tem por objeto principal a produção e industrialização da cana de açúcar, e seus derivados industriais, açúcar e etanol, para comercialização no mercado interno e externo. Superados os revezes climáticos observados nas safras anteriores, a Companhia vem obtendo significativos resultados financeiros em suas operações, impulsionados pelos investimentos em logística e gestão aliados a melhorias em seus processos de fabricação. Como fruto dos esforços no plantio de cana, buscando restabelecer a sua produtividade agrícola e ampliar a disponibilidade de matéria prima, a Companhia obteve um expressivo crescimento de 20,4% em sua moagem neste último ano-safra. Atingiu também marcas importantes nos processos de mecanização de colheita (98,8%) e mecanização do plantio de cana (100%). Na safra 2012/2013, o mix industrial foi de 61% para a produção de açúcar e 39% à produção de etanol.

A Agropecuária Nova Europa S.A. tem sua sede administrativa na Estrada da Antiga Fazenda Itaquerê s/n, Bairro Rural, na cidade de Nova Europa - SP. As atividades da Companhia compreendem, basicamente, o plantio e a comercialização de cana-de-açúcar, exclusivamente para a companhia relacionada Usina Santa Fé S.A., mediante instrumento particular de contrato de parceria agrícola a preços e condições usuais de mercado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (CONSECANA).

As atividades do Condomínio Agrícola, até a safra 2007/2008 compreendiam, basicamente, o plantio e a comercialização de cana de açúcar, exclusivamente para empresa relacionada Usina Santa Fé S.A., a preços e condições de mercado. Durante essa mesma safra, parte substancial dos ativos do Condomínio foi cindido/vendido à empresa relacionada Usina Santa Fé S.A., sendo que em decorrência dessa alienação e consequente redução das atividades operacionais a partir da safra 2008/2009 não obteve receitas decorrentes de suas operações.

2 Entidades do grupo

As demonstrações financeiras utilizadas como base para a combinação são aquelas apresentadas nos registros contábeis das seguintes entidades:

Usina Santa Fé S.A.

Agropecuária Nova Europa S.A.

Condomínio Roberto Malzoni Filho & Outros

A composição dos patrimônios líquidos e resultados dos exercícios de 2013 e 2012 das entidades acima elencadas e os respectivos saldos consolidados podem ser assim apresentadas:

	Patrimônio líquido		Lucro líquido (prejuízo) do exercício	
	2013	2012	2013	2012
Usina Santa Fé S.A.	89.909	93.121	(3.212)	(17.242)
Agropecuária Nova Europa S.A.	90.069	90.508	6.838	4.576
Condomínio Roberto Malzoni Filho & Outros	(3.482)	(4.682)	(506)	(582)
(+) Eliminação do lucro não realizado na venda de ativo biológico entre as empresas e condomínio do grupo	(4.603)	(4.603)	-	-
(+) Eliminação do lucro não realizado na venda de cana-de-açúcar da Agropecuária Nova Europa S.A. para a Usina Santa Fé S.A.	-	(528)	528	(528)
Saldos combinados	<u>171.894</u>	<u>173.817</u>	<u>3.648</u>	<u>(13.776)</u>

3 Base de preparação

a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e CFC)

As presentes demonstrações financeiras combinadas das Companhias Usina Santa Fé S.A. e Agropecuária Nova Europa S.A. referem-se a uma entidade consolidada e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Demonstrações financeiras combinadas é um único conjunto de demonstrações financeiras de duas ou mais entidades que estão sob controle comum. As entidades combinadas utilizaram a definição de controle do CPC 36 Demonstrações Consolidadas quando da avaliação da existência de controle comum.

Nesse contexto, para fins de apresentação das demonstrações financeiras combinadas do grupo econômico Santa Fé os seguintes requerimentos foram cumpridos:

- As entidades sujeitas à combinação, citadas na nota explicativa 02, estão sob o controle comum de acordo com a definição de controle do CPC 36 durante todo o período de apresentação das demonstrações financeiras; e
- Os princípios de consolidação do CPC 36 foram utilizados na combinação das demonstrações financeiras combinadas do grupo econômico Santa Fé.

O grupo econômico Santa Fé elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais das Companhias, Usina Santa Fé S.A. e Agropecuária Nova Europa S.A. para o exercício findo em 31 de março de 2013 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil apresentadas separadamente.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras combinadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo através do resultado;
- Os ativos imobilizados mensurados pelo custo atribuído em 1º de abril de 2009;
- E os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras combinadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional das entidades combinadas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 4.e.iii - Vida útil de ativo Imobilizado;
- Nota explicativa nº 4.g - Vida útil de ativos intangíveis;
- Nota explicativa nº 7 - Provisão para Impairment (Contas a Receber de clientes);
- Nota explicativa nº 12 - Ativos e passivos fiscais diferidos;
- Nota explicativa nº 20 - Provisão para contingências;
- Nota explicativa nº 28 - Instrumentos financeiros;

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras combinadas, exceto nos casos indicados em contrário.

a) Base de combinação

Transações eliminadas na combinação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras combinadas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional das entidades combinadas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

c) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

As entidades combinadas reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação que é a data na qual as entidades combinadas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

As entidades combinadas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando as entidades combinadas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou

retida pelas entidades combinadas nos ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, as entidades combinadas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As entidades combinadas têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos das entidades combinadas. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis compreendem contas a receber de clientes, empréstimos – mútuos e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação ou considerados de liquidez imediata. Eventuais limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa das entidades combinadas, quando existentes, são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

ii) Instrumentos financeiros derivativos

As entidades combinadas detêm instrumentos financeiros derivativos como parte de suas operações de trading de commodities e como gestão da sua política de proteção contrata operações nos mercados futuros, opções e de balcão para proteção das oscilações no valor justo de suas operações de venda de produtos.

O objetivo das operações envolvendo derivativos está sempre relacionado às operações das entidades combinadas à redução de sua exposição aos riscos de mercado, identificados nas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e seus custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado, quando incorridos, como componente do lucro bruto. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados pelo valor justo e as alterações foram registradas no resultado do exercício como componente do lucro bruto.

Os ganhos relacionados a instrumentos financeiros derivativos não realizados oriundos de proteção de preço de commodities são reconhecidos dentro do lucro bruto, enquanto os efeitos de derivativos relacionados a riscos cambiais e de juros são reconhecidos no resultado financeiro.

iii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual as entidades combinadas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. As entidades combinadas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, as entidades combinadas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem: empréstimos e financiamentos, fornecedores, adiantamento de clientes, empréstimos - mútuos e outras contas a pagar.

iv) Capital social

Ações ordinárias

Nas entidades Usina Santa Fé S.A. e Agropecuária Nova Europa S.A., as ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados pelo Conselho de Administração das entidades combinadas e são reconhecidos no Patrimônio Líquido sobre esta rubrica, se deliberados antes do final do exercício.

Na entidade Condomínio Agrícola Roberto Malzoni Filho & Outros, por tratar-se de condomínio de pessoas físicas, não possui a figura de capital social representado por ações ou quotas, composto somente por prejuízos acumulados.

d) Investimentos

Os investimentos foram avaliados pelo custo, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pelas entidades combinadas inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O software adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelas entidades combinadas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecido no resultado quando incorridos.

iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que as entidades combinadas obterão a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias anuais ponderadas estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	2013 e 2012
Edifícios e Benfeitorias	2%
Móveis e Utensílios	3%
Veículos e implementos rodoviários	6%
Máquinas e implementos agrícolas	6%
Máquinas, equipamentos e instalações	5%
Computadores e periféricos	14%
Benfeitorias em bens de terceiros	2%

f) Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

g) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear no prazo médio de 5 anos.

h) Ativos arrendados (leasing)

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente às entidades combinadas os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são

caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a nota explicativa nº 4.e.iii. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial das entidades combinadas.

i) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

j) Redução ao valor recuperável (impairment)

i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido às entidades combinadas sobre condições de que as entidades combinadas não aceitariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

As entidades combinadas consideram evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto

a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de riscos.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva as entidades combinadas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros das entidades combinadas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

A Administração das entidades combinadas não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução do valor recuperável em 31 de março de 2013 e 2012.

k) Benefícios a empregados

i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago sob participação nos lucros de curto prazo de acordo com a convenção coletiva, se as entidades combinadas têm uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, as entidades combinadas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

m) Receita operacional

i) Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

n) Pagamentos de arrendamentos

i) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

ii) Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato as entidades combinadas definem se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- a.** Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- b.** O contrato contém direito de utilização do ativo.

As entidades combinadas separam, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso as entidades combinadas concluam que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental das entidades combinadas) e redução do passivo em aberto.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

o) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas com juros sobre empréstimos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

p) Imposto de renda e contribuição social

Na Usina Santa Fé S.A., o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda) e, 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Na Agropecuária Nova Europa S.A., o imposto de renda e a contribuição social são apurados de acordo com a legislação vigente do “lucro presumido”. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% e 12% do faturamento, acrescido de outras receitas operacionais, para fins de imposto de renda e da contribuição social, respectivamente.

Imposto de renda - Calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% sobre o excedente de R\$ 240.

Contribuição social - Calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável.

q) Aspectos ambientais

As instalações de produção das entidades combinadas e suas atividades industriais e agrícolas são ambas sujeitas às regulamentações ambientais. As entidades combinadas diminuem os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. As entidades combinadas acreditam que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

5 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis das entidades combinadas requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e equivalentes de caixa – São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos;

- Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores, partes relacionadas e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia: o seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação;
- Os ativos biológicos e os respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda. A metodologia adotada pela Companhia, para satisfazer essa exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes as soqueiras, que geram várias colheitas e a cana-de-açúcar em pé, foi de acordo com método de fluxo de caixa futuro descontado;
- Empréstimos e financiamentos estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Caixa e bancos	7.600	10.201
Aplicações financeiras	<u>39.048</u>	<u>57.173</u>
	<u>46.648</u>	<u>67.374</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário – CDB, remunerados a taxas que variam entre 100 a 105% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. As aplicações financeiras são realizadas com instituições de primeira linha, para minimizar o risco de crédito, política esta adotada pelas entidades combinadas no gerenciamento desses ativos financeiros.

A exposição das entidades combinadas a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota explicativa 28.

7 Contas a receber de clientes

	2013	2012
Contas a receber no país	762	1.058
(-) Provisão para devedores duvidosos	<u>(231)</u>	<u>(161)</u>
	<u>531</u>	<u>897</u>

A exposição a riscos de moeda, relacionadas às contas a receber de clientes são divulgadas na nota explicativa nº 28.

A composição dos saldos por idade de vencimentos pode ser assim apresentada:

a. *Duplicatas a receber:*

	2013	2012
Créditos a vencer	110	485
Créditos em atraso até 30 dias	390	258
Créditos em atraso de 31 a 60 dias	-	29
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	14	6
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	227	280
Créditos em atraso acima de 360 dias	<u>21</u>	<u>-</u>
	<u>762</u>	<u>1.058</u>

8 Estoques

	2013	2012
Produtos acabados:		
Açúcar	2.930	11.485
Etanol	2.083	6.975
Almoxarifado	<u>14.678</u>	<u>10.019</u>
	<u>19.691</u>	<u>28.479</u>

9 Adiantamentos a fornecedores

	Nota	2013	2012
Circulante			
- Adiantamentos de cana – terceiros		21.804	17.633
- Adiantamentos de materiais		<u>34</u>	<u>6</u>
		<u>21.838</u>	<u>17.639</u>
Não Circulante			
- Adiantamentos de cana – terceiros		<u>14.705</u>	<u>13.864</u>

Os saldos de adiantamentos a fornecedores de cana – terceiros refere-se à saldos de adiantamentos efetuados pela Companhia a parceiros para futura entrega da cana-de-açúcar conforme contratos com vencimento até 2017.

10 Partes relacionadas

a) Operações com pessoal chave:

O pessoal chave da administração é composto pela Diretoria eleita trienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 1.976 (R\$ 1.799 em 2012). As entidades combinadas não concedem ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

b) Principais saldos e transações que afetaram o resultado:

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2013 e 2012, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações das entidades combinadas, conforme demonstrado a seguir:

		2013		2012	
	Relacionamento	Saldos	Receitas (despesas)	Saldos	Receitas (despesas)
Passivo circulante					
<i>Compra de cana de açúcar (nota explicativa nº 16)</i>					
Acionistas	Pessoa física	-	-	15	(1.012)
<i>Juros sobre capital próprio</i>					
Acionistas	Pessoa física	<u>177</u>	-	<u>177</u>	-
		<u>177</u>	-	<u>192</u>	<u>1.012</u>
Passivo não circulante					
<i>Empréstimos – mútuos:</i>					
Acionistas	Pessoa física	31.120	(3.374)	24.782	(2.644)
Outras partes relacionadas	Pessoa física	<u>1.716</u>	<u>(189)</u>	<u>1.947</u>	<u>(208)</u>
		<u>32.836</u>	<u>(3.563)</u>	<u>26.729</u>	<u>(2.852)</u>

Compra de cana de açúcar

O preço é determinado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de cana de açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo).

Empréstimos - mútuos - Acionistas

Os saldos com acionistas referem-se a contratos de mútuo e são atualizados mensalmente pela taxa de juros de 1% ao mês, com prazo de vencimento indeterminado.

Empréstimos - mútuos – Outras partes relacionadas

Os saldos com terceiros referem-se a contratos de mútuo e são atualizados mensalmente pela taxa de juros de 1,5% ao mês, com prazo de vencimento indeterminado.

11 Impostos a recuperar

	2013	2012
ICMS	62	59
ICMS s/ Imobilizado	2.919	3.762
IRRF	20	501
Cofins	2.992	3.220
Pis	2.312	2.093
Outros	<u>49</u>	<u>45</u>
	8.354	9.680
 Ativo circulante	 <u>(5.047)</u>	 <u>(6.297)</u>
 Ativo não Circulante	 <u><u>3.307</u></u>	 <u><u>3.383</u></u>

12 Ativos e passivos fiscais correntes e diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos e créditos e débitos tributários sobre os seguintes valores base:

	Saldo em março de 2011	2012		2013	
		Reconhecidos no resultado	Saldo em março de 2012	Reconhecidos no resultado	Saldo em março de 2013
Ativo circulante					
IRPJ e CSLL a compensar	596		763		1.346
Ativo não circulante					
Instrumentos financeiros derivativos	655	475	1.130	465	1.595
Provisão para contingências e impostos sub judice	2.593	1.183	3.776	1.475	5.251
Variação cambial não realizada	-	8.034	8.034	6.386	14.420
Prejuízos fiscais de imposto de renda	12.579	(638)	11.941	1.350	13.291
Base negativa de contribuição social	<u>4.550</u>	<u>(256)</u>	<u>4.294</u>	<u>486</u>	<u>4.780</u>
	20.377	8.798	29.175	10.162	39.337
Passivo circulante					
IRPJ e CSLL a compensar	-		458		-
Passivo não circulante					
Instrumentos financeiros derivativos	753	444	309	(1.832)	2.141
Depreciação Acelerada Incentivada	-	-	-	(2.703)	2.703
Custo de transação	-	-	-	(616)	616
Imobilizado – Reavaliação	48.879	1.519	47.360	1.135	46.225
Imobilizado – Custo atribuído	12.793	984	11.809	981	10.828
Imobilizado – Depreciação Econômica	11.377	(6.721)	18.098	(7.229)	25.327
Ativo biológico	<u>1.256</u>	<u>(643)</u>	<u>1.899</u>	<u>91</u>	<u>1.808</u>
	75.058	(4.417)	79.475	(10.173)	89.648
Líquido	<u>(54.681)</u>	<u>4.381</u>	<u>(50.300)</u>	<u>(11)</u>	<u>(50.311)</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Usina Santa Fé S.A.

	2013	2012
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(90)	(20.027)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	31	6.809
Diferenças permanentes adições (exclusões):		
Adições permanentes	(955)	(1.998)
Exclusões permanentes	-	1.048
Outras diferenças líquidas	-	24
Diferenças temporárias adições (exclusões):		
Depreciação do custo atribuído e reavaliação	(2.052)	(2.430)
Provisão para contingências	(1.475)	(1.183)
Variação cambial não realizada	(6.386)	(9.730)
Instrumentos financeiros – derivativos – perdas	(465)	(475)
Estorno de depreciação do custo aquisição em razão adoção CPCs	7.220	5.131
Mudança no valor justo do ativo biológico	(91)	596
Instrumentos financeiros – derivativos – ganhos	1.832	444
Depreciação Incentivada Acelerada	2.703	-
Custo transação	616	-
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa (30%)	(1.836)	654
Diferença sobre exercício fiscal e societário	(2.198)	(425)
Imposto de renda e contribuição social – corrente	<u>(3.056)</u>	<u>(1.535)</u>
Imposto de renda e contribuição social – diferido	<u>66</u>	<u>4.320</u>
Imposto de renda e contribuição social do exercício	<u>3.122</u>	<u>2.785</u>
Alíquota fiscal efetiva	14%	14%

Agropecuária Nova Europa S.A.

	2013			2012		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Receita operacional bruta						
Receita de vendas de cana de açúcar	8.214	8.214		5.783	5.783	
Alíquota de presunção	8%	12%		8%	12%	
	657	986		463	694	
Alíquota fiscal combinada	25%	9%		25%	9%	
	(162)	(88)	(250)	(91)	(62)	(153)
Outras receitas						
Venda de ativo imobilizado e outras	-	-		328	328	
Alíquota fiscal combinada	25%	9%		25%	9%	
	-	-	-	(82)	(30)	(112)
Imposto de renda e contribuição social corrente			(250)			(265)

13 Depósitos Judiciais

	2013	2012
Depósitos recursais trabalhistas	1.488	976
INSS - Depósito Judicial	11.802	7.130
Depósito judicial - Execução fiscal 1742/02	-	161
Depósito judicial - Serviço Passagem	430	322
	<u>13.720</u>	<u>8.589</u>

14 Ativos biológicos

A Usina Santa Fé S.A. adotou o Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativos Biológicos onde os seus ativos biológicos de cana de açúcar passaram a ser mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência. O saldo do ativo biológico da Usina Santa Fé S.A. é composto pelo custo de formação da cana e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado a valor justo, menos os custos necessários para colocação dos ativos em condição de uso ou venda da seguinte forma:

	2013	2012
Ativos biológicos – valor justo	122.682	93.856
Ativo biológico em formação (*)	11.986	14.095
	<u>134.668</u>	<u>107.951</u>

(*) Cana em formação avaliada pelo custo contábil até a presente data

	Total
Saldo em 31 de Março de 2011	68.046
Aumento de novas plantações e tratos	67.055
Diminuição devido a colheita	(41.156)
Canavial em formação	(2.185)
Mudança no valor justo do ativo biológico	<u>2.096</u>
Saldo em 31 de Março de 2012	<u>93.856</u>
Aumento de novas plantações e tratos	72.507
Diminuição devido a colheita	(45.458)
Canavial em formação	2.110
Mudança no valor justo do ativo biológico	<u>(333)</u>
Saldo em 31 de Março de 2013	<u>122.682</u>
O ativo biológico possui sua realização nos seguintes anos safras:	
2013/2014	29.955
2014/2015	27.150
2015/2016	19.129
2016/2017	15.234
2017/2018	13.365
2018/2019	9.843
2019/2020	4.715
2020/2021	2.274
2021/2022	1.041
2022/2023	<u>516</u>
Total	<u>122.682</u>

Para o atendimento do CPC 29 – ativo biológico a Usina Santa Fé S.A. utilizou o cálculo do valor justo pelo método de fluxo de caixa futuro descontado nos ativos biológicos correspondentes as soqueiras, que geram várias colheitas e a cana-de-açúcar em pé. De acordo com as práticas contábeis, esses dois componentes devem ser apresentados como um único ativo no balanço patrimonial, uma vez que a produção agrícola não pode ser reconhecida separadamente do ativo biológico a que se refere até a colheita. Como as soqueiras não se enquadram na definição de ativo circulante de acordo com o CPC 26 – Apresentação das demonstrações financeiras ítem 66, os ativos biológicos devem ser classificados como não circulante.

Lavouras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	2013	2012
Área estimada de colheita (hectares)	23.663	25.490
Produtividade média prevista por safra (tons de cana/hectares)	84,15	73,97
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	135,05	137,21
Valor do Kg de ATR	0,49	0,52

As entidades combinadas estão expostas a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos regulatórios e ambientais

As entidades combinadas estão sujeitas às leis e regulamentos pertinentes às atividades em que opera. As entidades combinadas estabeleceram políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

Riscos de oferta e demanda

As entidades combinadas estão expostas aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, As entidades combinadas gerem esses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outras

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. As entidades combinadas têm processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

15 Imobilizado

a) Movimentação do custo

	Saldo Inicial	2012			Saldo Final	2013			Saldo Final
	2011	Adições	Baixas	Transferências	Total	Adições	Baixas	Transferências	Total
Terras	138.453	-	-	-	138.453	-	-	-	138.453
Edifícios e Benfeitorias	19.268	-	-	4.610	23.878	-	-	1.595	25.473
Móveis e Utensílios	1.551	-	-	1.127	2.678	-	(1)	753	3.430
Veículos e implementos rodoviários	44.455	-	(472)	5.294	49.277	-	(332)	1.420	50.365
Máquinas e implementos agrícolas	64.371	-	(329)	15.088	79.130	-	(243)	10.572	89.459
Máquinas, equipamentos e instalações	212.390	1	(348)	18.733	230.776	-	(4)	3.274	234.046
Computadores e periféricos	1.457	-	(40)	248	1.665	-	(31)	179	1.813
Benfeitorias em bens de terceiros	1.216	-	-	-	1.216	-	-	18	1.234
Obras em andamento	17.056	29.616	-	(40.271)	6.401	19.628	(443)	(14.813)	10.773
Adiantamentos a fornecedores	2.012	3.092	-	(4.940)	164	5.160	(34)	(3.527)	1.763
Imobilizações - entressafra	19.937	27.526	(25.221)	-	22.242	35.464	(29.676)	-	28.030
Outros	211	-	-	-	211	-	-	-	211
	<u>522.377</u>	<u>60.235</u>	<u>(26.410)</u>	<u>(111)</u>	<u>556.091</u>	<u>60.252</u>	<u>(30.764)</u>	<u>(529)</u>	<u>585.050</u>

b) Movimentação da depreciação

	Saldo Inicial	2012			Saldo Final	2013			Saldo Final
	2011	Adições	Baixas	Transferências	Total	Adições	Baixas	Transferências	Total
Edifícios e Benfeitorias	(2.300)	(527)	-	-	(2.827)	(664)	-	-	(3.491)
Móveis e Utensílios	(438)	(92)	-	-	(530)	(258)	1	-	(787)
Veículos e implementos rodoviários	(14.707)	(3.434)	471	-	(17.670)	(3.930)	234	-	(21.366)
Máquinas e implementos agrícolas	(15.750)	(5.254)	246	-	(20.758)	(7.171)	141	-	(27.788)
Máquinas, equipamentos e instalações	(51.452)	(12.649)	89	-	(64.012)	(13.505)	191	-	(77.326)
Computadores e periféricos	(859)	(268)	38	-	(1.089)	(135)	46	-	(1.178)
Benfeitorias em bens de terceiros	(106)	(24)	-	-	(130)	(21)	-	-	(151)
	<u>(85.612)</u>	<u>(22.248)</u>	<u>844</u>	<u>-</u>	<u>(107.016)</u>	<u>(25.684)</u>	<u>613</u>	<u>-</u>	<u>(132.087)</u>
Valor líquido contábil	<u>436.765</u>				<u>449.075</u>				<u>452.963</u>

16 Fornecedores

	2013	2012
Fornecedores diversos	18.818	17.742
Fornecedores de cana	17.563	15.115
Fornecedores de cana – partes relacionadas (nota explicativa nº 10)	<u>-</u>	<u>15</u>
Total	<u>36.381</u>	<u>32.872</u>

O saldo a pagar a fornecedores decorrentes das compras de cana-de-açúcar, determinado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo).

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na nota explicativa nº 28.

17 Empréstimos e financiamentos

Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos das entidades combinadas. A nota explicativa nº 28 divulga informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e moeda.

	2013	2012
Moeda nacional:		
Custeio – 6,75% a.a.	286	26
FINAME – Juros pré-fixados de 1,35% a 8,70% a.a mais variação da TJLP	48.115	70.130
Capital de Giro – juros pré-fixados de 2,20% a 2,50% a.a. mais variação do CDI	-	13.731
Leasing - Juros médios pré-fixados a 1,20% a.m. e 3,20% a.a. mais variação do CDI	2.062	3.567
Crédito Direto ao Consumidor – juros pré-fixados de 2,5% a 6,5% a.a mais variação CDI	671	-
Nota de Crédito de Exportação – juros pré-fixados de 2,20% a 4,30% a.a mais variação do CDI	94.990	-
PESA – Variação do IGPM mais juros de 8% a 8,38% a.a.	1.698	1.372
Moeda Estrangeira:		
Adiantamento sobre Contratos de Cambio – juros de 3,50% a 4,50% a.a mais variação cambial	12.243	-
Pré-pagamento de exportação - juros de 1,47% a 8,50% a.a. mais variação cambial	<u>216.436</u>	<u>276.449</u>
	376.501	365.275
Passivo circulante	<u>(119.000)</u>	<u>(134.891)</u>
Passivo não circulante	<u>257.501</u>	<u>230.384</u>

Em 31 de março de 2013 as parcelas do passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de Vencimento	2013
01 de Abril de 2014 a 31 de Março de 2015	24.293
01 de Abril de 2015 a 31 de Março de 2016	19.194
01 de Abril de 2016 a 31 de Março de 2017	124.105
01 de Abril de 2017 a 31 de Março de 2022	<u>89.909</u>
	<u>257.501</u>

A Usina Santa Fé S.A. possui ainda como obrigações contratuais decorrentes dos financiamentos acima:

- Manutenção de determinados índices financeiros de: liquidez corrente, capital de giro líquido e LADIJA - lucro antes de despesas e receitas financeiras, impostos, depreciações e amortizações;
- Não ceder, transferir ou alienar bens do ativo permanente de valor individual ou cumulativo substanciais;
- Não incorrer em mudanças no ramo de atividades;
- Não realizar mudanças de práticas contábeis, ou promover reavaliações de ativos, exceto as permitidas segundo a legislação societária.

A Usina Santa Fé S.A. possui ainda algumas obrigações contratuais decorrentes destes financiamentos, como manutenção de certos índices financeiros, operacionais e performance financeira. A Usina Santa Fé S.A. não cumpriu algumas obrigações relacionadas à manutenção de certos indicadores, sendo que a Companhia renegociou as condições determinadas em contrato (Waiver) antes da data de encerramento do exercício, não sendo necessários ajustes às demonstrações financeiras.

18 Arrendamento mercantil

A Companhia possui em seu ativo contrato de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de 5 anos, com cláusulas de opção de compra após essa data.

Os bens decorrentes de operações de *leasing* financeiro encontram-se registrados no ativo imobilizado da Companhia.

A Companhia possui contratos de arrendamento mercantil financeiro para 12 ativos classificados em instalações e equipamentos, 65 ativos em veículos, 2 ativos em equipamentos e processamentos de dados. Os contratos possuem prazo de duração entre 2 e 5

anos, com cláusulas de opção de renovação, opção de compra e de reajustamento após essa data.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado e intangível da Companhia.

Valor contábil líquido dos bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro:

	2013	2012
Instalações e equipamentos	6.252	7.561
Máquinas e Equipamentos Agrícolas	164	-
Veículos	926	1.118
Equipamentos e processamentos de dados	<u>103</u>	<u>9</u>
Total	<u>7.445</u>	<u>8.687</u>

Durante o exercício findo em 31 de março de 2013, a Companhia reconheceu como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro os montantes de R\$ 523 (R\$ 834 em 2012) relativo a despesas com juros e R\$ 1.676 (R\$ 1.742 em 2012) relativo a despesa de depreciação. Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	2013			2012		
	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
Até um ano	1.221	523	1.744	1.259	834	2.093
De um até cinco anos	<u>318</u>	<u>-</u>	<u>318</u>	<u>1.474</u>	<u>-</u>	<u>1.474</u>
	<u>1.539</u>	<u>523</u>	<u>2.062</u>	<u>2.733</u>	<u>834</u>	<u>3.567</u>

19 Impostos e contribuições a recolher

	2013	2012
Parcelamento - Lei 11.941/09	21.463	22.123
IRRF	174	127
ICMS corrente	1.304	5.037
ICMS – parcelamento	1.838	2.774
INSS – parcelamento	1.043	1.674
INSS/Funrural	1.290	2.350
Outros	<u>805</u>	<u>960</u>
Total	<u>27.917</u>	<u>35.045</u>
Passivo circulante	<u>(6.807)</u>	<u>(11.767)</u>
Passivo não circulante	<u>21.110</u>	<u>23.278</u>

a) Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09

Em novembro de 2009, a Companhia optou pelo parcelamento de seus débitos de contribuições previdenciárias e impostos federais, vencidos até 30 de novembro de 2008, através da adesão ao programa REFIS IV, instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, o qual foi consolidado

em junho de 2011 pela Receita Federal do Brasil (“RFB”) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”). Durante o exercício de 2012 apresentou as seguintes movimentações:

	2013
Saldo em 31 de março de 2012	22.123
Pagamentos realizados	(1.934)
Juros reconhecidos no resultado	<u>1.274</u>
Saldo em 31 de março de 2013	<u>21.463</u>
Passivo circulante	<u>(1.853)</u>
Passivo não circulante	<u>19.610</u>

Nos termos da legislação pertinente, a Companhia tem a obrigação de permanecer adimplente com relação aos pagamentos das parcelas mensais do referido parcelamento, como condição essencial à sua manutenção. O não cumprimento dessa obrigação acarretará a exclusão e o cancelamento dos benefícios concedidos e também a exigência imediata dos débitos vencidos e a vencer, no seu valor original, com incidência dos acréscimos legais até a data da exclusão. A Companhia vem cumprindo tempestivamente os pagamentos previstos para esse parcelamento.

b) ICMS - Parcelamento

Em junho de 2001 a Companhia aderiu ao parcelamento de ICMS instituído pelo Decreto nº 44.971 de 19/06/2000. O montante incluído no parcelamento vem sendo amortizado em parcelas mensais no prazo máximo de 120 meses, atualizados pela variação da TJLP com vencimento final em maio de 2012.

c) Programa especial de parcelamento de débitos – PAES (INSS)

Em julho de 2003, a Companhia aderiu ao Programa especial de parcelamento de débitos – PAES, instituído pela Lei 10.684 de 30 de maio de 2003, incluindo débitos fiscais junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria da Receita Federal e Instituto Nacional do Seguro Social.

Independentemente do reconhecimento contábil das obrigações com o PAES, o montante dos débitos incluídos no PAES vem sendo amortizado em parcelas mensais no prazo máximo de 120 meses, apuradas pelo Comitê Gestor do PAES, e atualizados pela variação da TJLP com vencimento final em junho de 2013.

20 Provisão para contingências

Baseada na opinião dos assessores jurídicos as entidades combinadas constituíram provisão para contingências de processos trabalhista, cível e ambiental em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis que possam advir do desfecho dos processos tributários em andamento, conforme quadro abaixo:

	2013	2012
Trabalhistas	3.276	3.376
Cível	-	161
Previdenciária – INSS	11.802	7.130
Ambientais	<u>87</u>	<u>65</u>
Total	<u>15.156</u>	<u>10.732</u>

As entidades combinadas possuem ainda, processo envolvendo questões tributárias em andamento que de acordo com a opinião dos assessores jurídicos das entidades combinadas, a probabilidade de ocorrência dessas demandas é possível, mas não provável. Em função do estágio em que se encontram, o desfecho final dessas ações não pôde ser determinado no momento e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi consignada nas demonstrações financeiras.

21 Patrimônio líquido

a) Capital social

Usina Santa Fé S.A.

O capital social está representado por 71.592.000 ações ordinárias e nominativas sem valor nominal (idêntico em 2012).

Agropecuária Nova Europa S.A.

O capital social está representado por 3.055.000 ações ordinárias e nominativas sem valor nominal (idêntico em 2012).

b) Reservas

- ***Reserva legal***

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social e após a compensação dos prejuízos acumulados.

- **Reserva de reavaliação**

Constituída em decorrência da reavaliação de bens próprios do ativo imobilizado. Em atendimento a prática contábil de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10, a Companhia registrou o imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente da reavaliação sobre ativos não depreciables (terras) no montante de R\$ 42.098.

A reserva de reavaliação será realizada, na proporção da alienação ou baixa dos ativos reavaliados, em contrapartida de lucros acumulados.

c) Ajuste de Avaliação Patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

d) Remuneração aos acionistas

As entidades combinadas poderão deliberar, em reunião de sócios, a respeito da distribuição dos lucros que poderá ser desproporcional aos percentuais de participação societária. Os lucros poderão ser distribuídos por meio de levantamento de balanços intermediários. Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. A destinação do lucro do exercício será deliberada pela Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras.

22 Receita operacional

A receita operacional da Companhia é composta, basicamente, pela venda de açúcar e álcool para o mercado interno e externo. Abaixo é apresentada a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2013	2012
Receitas Operacionais:		
- Açúcar	259.286	191.298
- Alcool	134.410	105.223
- Outras	<u>18.776</u>	<u>5.448</u>
Receita bruta fiscal	<u>412.472</u>	<u>301.969</u>
Menos:		
Impostos sobre vendas	(34.185)	(29.271)
Devoluções e abatimentos	<u>(1.350)</u>	<u>(210)</u>
Total de receita líquida	<u>376.937</u>	<u>272.488</u>

23 Despesas operacionais por natureza

Despesas operacionais por natureza:	2013	2012
Depreciação e amortização	893	1.091
Despesa com comercialização exceto fretes, transbordos e armazenagem	9.276	2.861
Despesa com pessoal	17.525	14.958
Fretes, transbordos e armazenagem	12.250	6.067
Manutenção	435	338
Materiais transferidos/recebidos	566	307
Impostos e taxas	355	286
Outras despesas	<u>7.272</u>	<u>7.214</u>
	<u>48.572</u>	<u>33.122</u>
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Despesas de vendas	(24.012)	(10.990)
Despesas administrativas e gerais	<u>(24.560)</u>	<u>(22.132)</u>
	<u>(48.572)</u>	<u>(33.122)</u>

24 Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

	2013	2012
Participações no Resultado	(3.894)	(3.699)
Impostos e Taxas sobre outras operações	(636)	(1.278)
Recuperação com sinistros	320	76
Resultado na venda/baixa de ativos	158	137
Provisão para contingências	(1.239)	(1.115)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	<u>854</u>	<u>986</u>
	<u>(4.437)</u>	<u>(4.893)</u>

25 Receitas financeiras

	2013	2012
Receitas com operações financeiras	1.043	2.113
Juros atualização créditos tributários e contingências	157	95
Juros demais operações e descontos financeiros	<u>373</u>	<u>770</u>
	<u>1.573</u>	<u>2.978</u>

26 Despesas financeiras

	2013	2012
Instrumentos financeiros derivativos	(6.369)	(547)
Juros apropriados sobre financiamentos	(22.824)	(23.425)
Juros conta corrente mercantil	(1.833)	(2.664)
Juros tributários – parcelamento e contingências	(2.017)	(3.964)
Descontos concedidos	(227)	
Juros demais operações	<u>(4.803)</u>	<u>(5.172)</u>
	<u>(38.073)</u>	<u>(35.772)</u>

27 Variação cambial líquida

	2013	2012
Variação cambial ativa	27.440	66.867
Variação cambial passiva	<u>(47.305)</u>	<u>(88.048)</u>
Variação cambial líquida	<u>(19.865)</u>	<u>(21.181)</u>

28 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

Os principais riscos nos quais as entidades combinadas estão expostas, são contemplados pelo modelo atual de monitoramento e gestão. Os riscos tais como, risco operacional, comportamento de demanda, concorrência e eventuais mudanças significativas no seguimento são gerenciados por modelo.

Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como preço do açúcar e etanol, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que as entidades utilizam. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional das entidades combinadas.

As entidades combinadas possuem como prática gerir seus os riscos existentes de forma conservadora, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;

- Risco operacional; e
- Risco de capital.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição das entidades combinadas a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura de gerenciamento de risco

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro das entidades combinadas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis oriundos de venda de açúcar e adiantamento a fornecedores de cana.

A gestão do risco de crédito das entidades combinadas em relação a clientes, no que pertence ao negócio do açúcar é centrada no relacionamento formalizado com empresas de Trading, que possuem propostas contratuais que por sua vez são avaliadas pela administração da Usina Santa Fé S.A., de forma que, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial dessas empresas. Para as operações de adiantamento a fornecedores de cana, são firmados contratos de parceria, onde fica estabelecida a garantia contratual para o fornecimento do produto quando da sua produção, bem como, prevê todo o acompanhamento e manuseamento da produção por parte da Usina Santa Fé S.A..

Adicionalmente os adiantamentos são gerenciados com base no estabelecimento de limites percentuais, que atualmente conforme determinação da administração é de 20% do custo estimado de produção.

De forma geral, o direcionamento dos negócios são tratados em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, bem como, mantém operações com instituições financeiras de primeira linha, visando manter os resultados esperados.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que as entidades combinadas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem das entidades combinadas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação das entidades combinadas.

As entidades combinadas trabalham alinhando disponibilidade e geração de recursos gerenciando sua geração de receita através da venda de açúcar em conjunto com a captação de recursos junto a instituições financeiras com taxas reduzidas e com prazos alongados de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. Adicionalmente a Usina Santa Fé S.A. possui como prática

manter recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata, visando principalmente garantir sua liquidez de curto prazo.

Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pelas entidades combinadas e dos demais insumos utilizados no processo de produção.

As entidades combinadas possuem como prática para minimizar os riscos de mercado, firmar contratos de parceria com os produtores com o objetivo de garantir a produção, bem como, o estabelecimento de contratos de venda futura junto a empresa de Tradings. Essa tomada decisão possui como principal objetivo garantir melhores preços de mercado.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras oriundas das operações de exportações de açúcar e captações de recursos financeiros. A Usina Santa Fé S.A. avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. Ao longo do exercício a Usina Santa Fé S.A. utilizou-se de instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições. A gestão da exposição cambial da Usina Santa Fé S.A. consiste na análise do *hedge* natural existente entre os contratos de exportação que consequentemente geram recebíveis em moeda estrangeira com as obrigações em moeda estrangeira, de forma que após a apuração da exposição líquida avalia-se estrategicamente a necessidade de contratar um instrumento de proteção. Sendo que, o *hedge* natural entre contratos de exportação e obrigações em moeda estrangeira é avaliado somente para safra seguinte.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de as entidades combinadas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Usina Santa Fé S.A. busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e *swaps*, bem como, operações com subsídios rurais, quando as mesmas são disponibilizadas.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnológicos e infraestrutura das entidades combinadas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações das entidades combinadas.

O objetivo das entidades combinadas é administrar o risco operacional de forma conservadora, sempre buscando aproveitar as melhores oportunidades de mercado maximizando os resultados financeiros, a contribuindo para que as ações aplicadas para os demais riscos citados nesta nota não sejam comprometidas.

Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que das entidades combinadas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, as entidades combinadas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros e derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras das entidades combinadas, conforme quadros abaixo:

	Nota	2013		
		Valor justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e Recebíveis	Passivos pelo custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	6	46.648	-	-
Contas a receber de clientes	7	-	531	-
Outros créditos		-	6.404	-
Instrumentos financeiros derivativos	28	6.301	-	-
Total		52.949	6.935	-
Passivos				
Fornecedores e outras contas a pagar		-	-	37.110
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	376.501
Adiantamentos de clientes		-	-	2.161
Empréstimos - mútuos	10	-	-	32.836
Instrumentos financeiros derivativos	28	4.692	-	-
Total		4.692	-	448.608

Durante o exercício não houve nenhuma reclassificação entre as categorias apresentadas no quadro acima.

	Nota	2012		
		Valor justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e Recebíveis	Passivos pelo custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	6	67.374	-	-
Contas a receber de clientes	7	-	897	-
Empréstimos - mútuos	10	-	-	-
Outros créditos		-	4.865	-
Instrumentos financeiros derivativos	28	908	-	-
Total		68.282	5.762	-
Passivos				
Fornecedores e outras contas a pagar		-	-	33.871
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	365.275

Grupo Itaquerê
Demonstrações financeiras combinadas em
31 de março de 2013 e 2012

Adiantamentos de clientes		-	-	3.406
Empréstimos - mútuos	10	-	-	26.729
Instrumentos financeiros derivativos	28	3.325	-	-
Total		3.325	-	429.281

Riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2013	2012
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	6	46.648	67.374
Contas a receber de clientes	7	531	897
Instrumentos financeiros derivativos	28	6.301	908
		53.480	69.179

Para os saldos apresentados no grupo de aplicações financeiras 85% do saldo concentra-se em três instituições financeiras. No entanto, as entidades combinadas possuíam junto a essas instituições operações de empréstimos financiamentos cujo saldo devedor naquela data eram significativamente superiores aos saldos mantidos em aplicações financeiras.

Risco de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e os ativos que são utilizados para gerenciar o risco de liquidez.

	2013				
	Valor contábil	Até 12 meses	1 – 2 anos	2 – 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	46.648	46.648	-	-	-
Contas a receber de clientes	531	531	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	6.301	6.301	-	-	-
Total		53.480	-	-	-
Passivos					
Fornecedores e outras contas a pagar	37.110	37.110	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	376.501	119.000	24.293	143.299	89.909

Grupo Itaquerê
Demonstrações financeiras combinadas em
31 de março de 2013 e 2012

Adiantamentos de clientes	2.161	2.161	-	-	-
Empréstimos - mútuos	32.836	-	-	-	32.836
Instrumentos financeiros derivativos	4.692	2.788	1.904	-	-
Total		160.307	26.197	143.299	122.745

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade das entidades combinadas, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

O cenário apresentado acima não contempla contratos de exportação firmados para as próximas safras, de forma que este quadro não reflete o fluxo de caixa efetivo para os próximos períodos.

2012					
	Valor contábil	Até 12 meses	1 – 2 anos	2 – 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	67.374	67.374	-	-	-
Contas a receber de clientes	897	897	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.394	1.394	-	-	-
Total	908	908	-	-	-
		69.179	-	-	-
Passivos					
Fornecedores e outras contas a pagar	33.871	33.871	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	365.275	134.891	80.828	146.388	3.168
Adiantamentos de clientes	3.406	3.406	-	-	-
Empréstimos - mútuos	26.729	-	-	-	26.729
Instrumentos financeiros derivativos	3.325	1.806	1.519	-	-
Total		173.974	82.347	146.388	29.897

Risco cambial

Exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrado no quadro a seguir, pelos montantes de principal (nacional em R\$):

	2013		2012	
	R\$	USD	R\$	USD
Empréstimos e financiamentos	(228.679)	(113.590)	(276.449)	(151.728)
Exposição Líquida	(228.679)	(113.590)	(276.449)	(151.728)

Os instrumentos financeiros derivativos de proteção - *hedge*, estão lastreados pela exposição líquida em moeda estrangeira, que contempla os contratos de exportação firmados para a próxima safra. No entanto, os avaliação da necessidade da contratação de instrumentos de proteção para exposições em moeda estrangeira de longo prazo, será feita ao término da próxima safra. Dessa forma, a exposição líquida apresentada no quadro acima, não reflete a exposição efetiva, uma vez que a contraparte se verificará pela realização dessa receita (objeto do *hedge*).

Análise de sensibilidade

A Usina Santa Fé S.A. utiliza-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Companhia analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável o valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários, foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de março de 2013, foram substituídas as taxas de câmbio e outros indexadores quando aplicável e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de março de 2012 em cada um dos cenários.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados, devendo-se considerar o fato de que os contratos de exportação firmados para as próximas safras não estão sendo contemplados pela análise apresentada abaixo:

Cenários		Alta		Baixa	
	Provável	25%	50%	25%	50%
Instrumentos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	(228.679)	(285.847)	(343.017)	(171.508)	(114.339)

Risco taxa juros

Exposição líquida em taxa juros variáveis está demonstrado no quadro a seguir.

	Nota	2013	2012
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	6	46.648	67.374
Empréstimos e financiamentos	17	(376.501)	(365.275)
		(329.853)	(297.901)

A Usina Santa Fé S.A. utiliza instrumentos financeiros derivativos, único exclusivamente com o intuito de se proteger quanto a oscilação da Libor, já que naquela a Usina Santa Fé S.A. possuía captações indexadas a Libor. De uma maneira geral a administração entende que qualquer oscilação nas taxas de juros, não representaria nenhum impacto significativo no resultado da Usina Santa Fé S.A., já que esse não é o principal risco.

Análise de sensibilidade

As entidades combinadas não realizaram análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros, pois considera que os possíveis impactos sobre as transações vinculadas a taxas de juros flutuantes são irrelevantes para as demonstrações financeiras das entidades combinadas.

Perdas por redução no valor recuperável

Na data do balanço a Usina Santa Fé S.A. possuía somente R\$231 a título de provisão para devedores duvidos referente a recebíveis. Este item está sendo detalhado na nota explicativa nº 7.

Valor justo

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2013		2012	
	Valor	Valor	Valor	Valor
	contábil	justo	contábil	Justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	46.648	46.648	67.374	67.374
Contas a receber de clientes	531	531	897	897
Adiantamento a fornecedores	36.543	36.543	31.503	31.503
Instrumentos financeiros derivativos	6.301	6.301	908	908
Total	90.023	90.023	100.682	100.682
Passivos				
Fornecedores de cana	17.563	17.563	15.130	15.130
Fornecedores diversos e outras contas a pagar	19.547	19.547	18.741	18.741
Empréstimos e financiamentos	376.501	376.501	365.275	365.275
Adiantamento de clientes	2.161	2.161	3.406	3.406
Empréstimos - Mútuos	32.836	32.836	26.729	26.729
Instrumentos financeiros derivativos	4.692	4.692	3.325	3.325
	453.300	453.300	432.606	432.606

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- As disponibilidades em conta corrente têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da quota do fundo na data das informações trimestrais, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Administração entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção e financiamentos foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado nas respectivas datas.
- Para empréstimos e financiamentos a administração considera que valor justo equipara-se ao valor contábil, devido ao fato de que essas operações referem-se preponderantemente a financiamentos com taxas subsidiadas. Sendo assim, na hipótese da aplicação da metodologia de apuração de valor justo, o valor apurado não refletiria a realidade, uma vez que a taxa de desconto seria superior a taxa de correção. Sendo assim, a administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletiam o endividamento efetivo em caso de eventual liquidação naquela data.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	Valor contábil em		
	2013	Nível 1	Nível 2
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	46.648	7.600	39.048
Instrumentos financeiros derivativos	6.301	-	6.301
		<u>7.600</u>	<u>45.349</u>

Grupo Itaquerê
Demonstrações financeiras combinadas em
31 de março de 2013 e 2012

Passivos

Instrumentos financeiros derivativos	4.692	-	4.692
		-	4.692

**Valor contábil em
2012**

Ativos

Caixa e equivalentes de caixa	67.374	10.201	57.173
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	908
		10.201	58.081

Passivos

Instrumentos financeiros derivativos	3.325	-	3.325
		-	3.325

Apuração do valor justo

- **Nível 1** – As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo
- **Nível 2** – Neste nível foram classificados os instrumentos financeiros derivativos, cujo o valor justo foi apurado com base em metodologia de apuração de fluxo futuro de pagamento apurados através de taxas de mercado projetadas descontadas a valor presente por uma taxa livre de risco. Sendo que, a principal fonte para obtenção dos índices utilizados foi a BM&FBovespa e CMA.
- **Nível 3** – Não havia nenhum instrumento classificado nesta categoria

Resultado referente aos instrumentos financeiros

As tabelas abaixo resumizam os valores dos ganhos (perdas) registrados em março de 2013 e 2012 que afetaram a demonstração de resultado:

Resultado de operações mantidas para negociação	Resultado	
	2013	2012
Instrumentos de taxa variável		
Instrumentos financeiros derivativos		
Ganhos com derivativos	130.433	43.759
Ajustes mercado termo - NDF's	145	4.384
Ajuste <i>Swap</i> sobre financiamentos	(1.856)	(1.358)
Perdas com derivativos	(126.333)	(46.466)
Ajustes mercado termo - NDF's	(8.758)	(867)
	(6.369)	(548)

A Companhia utiliza como instrumento de proteção cambial, operações de *Swap* de dólar, *Swap* de *Libor*, NDFs de dólar e açúcar, sendo que, essas operações foram contratadas para proteção das exposições em moeda estrangeira e cotação de açúcar.

29 Contratos de parceria agrícola de cana-de-açúcar

A Usina Santa Fé S.A. possui contratos de parceria agrícola de cana-de-açúcar com companhia relacionada, acionistas e terceiros que garantem em conjunto com a cana contratada de fornecedores, a totalidade de sua produção para os próximos períodos de colheita. As toneladas a serem pagas pela Usina Santa Fé S.A. serão determinadas ao término de cada período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de cana de açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo).

30 Compromissos de vendas

A Usina Santa Fé S.A. possui acordo no mercado de açúcar com terceiros através dos quais se compromete a vender volumes desses produtos até a safra 2015/2016. Os volumes relacionados aos compromissos acima mencionados são:

Safra	Volume - toneladas
2013/2014	171.681
2014/2015	38.840
2015/2016	24.840
Total	<u>235.361</u>

31 Cobertura de seguros

As entidades combinadas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.